



PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA EM SAÚDE E AS INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS DO CAMPO

Keila Formiga de Castro (SMS- Crato-CE – keilaformigacastro2@gmail.com)

Vanira Matos Pessoa (Fiocruz-CE – vanira.pessoa@fiocruz.br)

Fernando Ferreira Carneiro (Fiocruz-CE – fernandocarneirofiocruz@gmail.com)

RESUMO: Introdução: Os conflitos socioambientais decorrentes de grandes projetos de desenvolvimento, como o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), têm impactado comunidades camponesas do Cariri cearense, especialmente o Baixio das Palmeiras, território historicamente vulnerabilizado pela desigualdade social e pela apropriação de bens comuns em favor do agronegócio e de interesses privados. Nesse contexto, emergem práticas emancipatórias ancoradas na Estratégia Saúde da Família (ESF), que, em articulação com o Conselho Local de Saúde, movimentos sociais e universidades, passaram a integrar a luta comunitária em defesa da vida, da saúde e do território, enfrentando as injustiças ambientais e fortalecendo o controle social. O presente estudo se propõe a relatar as práticas emancipatórias desenvolvidas como estratégia de promoção da saúde e enfrentamento às desigualdades socioambientais decorrentes das obras do CAC. **Metodologia:** Trata-se de estudo descritivo do tipo relato de experiência. O recorte temporal abrange 2015 a 2025 e compreende ações intersetoriais articuladas pela ESF em parceria com lideranças comunitárias, movimentos sociais, universidades e gestão pública. As informações foram sistematizadas a partir de atas do Conselho Local de Saúde, registros de atividades comunitárias, documentos institucionais e memória social dos participantes. O material foi analisado à luz da determinação social da saúde, da ecologia de saberes e da promoção emancipatória da saúde. **Resultados:** A experiência evidenciou que a promoção emancipatória em saúde se constrói de modo processual e coletivo, a partir de quatro eixos, a consolidação do Conselho Local de Saúde um espaço legítimo de governança comunitária, congregando usuários, trabalhadores, gestores e instituições de ensino, fortalecendo o protagonismo popular e superando fragilidades comuns a outros conselhos. A Integração intersetorial e fortalecimento comunitário: parcerias com escolas, associações e grupos culturais possibilitaram práticas de cuidado ampliadas, como Mostra de saberes, oficinas de práticas integrativas e eventos de permacultura, reforçando identidade territorial e autonomia. O Enfrentamento das injustiças ambientais: a resistência às obras do CAC configurou ação política pela vida, com a ESF apoiando a mobilização popular e integrando à agenda da saúde a defesa da água e da terra, em consonância com o conceito de justiça ambiental. As Práticas emancipatórias de cuidado: fortalecimento do vínculo entre equipe e comunidade, valorização de saberes tradicionais e criação de iniciativas como o jardim medicinal e rodas de conversa, reduzindo iniquidades e promovendo autocuidado coletivo. **Conclusões:** O caso concreto demonstra que a ESF, ao articular cuidado, participação social e defesa territorial, pode atuar como prática emancipatória frente às injustiças socioambientais. O Conselho Local de Saúde configurou-se como espaço inovador de resistência e de produção de alternativas sanitárias e sociais, reafirmando o papel da ESF na construção de um SUS democrático, equitativo e comprometido com a justiça social e ambiental. Em diálogo com a educação popular e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, a experiência aponta a necessidade de incorporar a defesa do território e a ecologia de saberes como princípios estratégicos para enfrentar as desigualdades socioambientais e inspirar outros territórios do campo em situações de conflitos sociambientais.

Palavras-chave: Promoção da saúde; Estratégia Saúde da Família; Justiça ambiental; Participação social; Saúde da População Rural.



EMANCIPATORY HEALTH PROMOTION AND ENVIRONMENTAL INJUSTICES IN RURAL TERRITORIES

ABSTRACT: Introduction: Socio-environmental conflicts resulting from large-scale development projects, such as the *Cinturão das Águas do Ceará* (CAC – Ceará Water Belt), have significantly impacted peasant communities in the Cariri region of Ceará, particularly the community of Baixo das Palmeiras — a territory historically made vulnerable by social inequalities and the appropriation of common goods for the benefit of agribusiness and private interests. In this context, emancipatory practices anchored in the Family Health Strategy (FHS) have emerged. In articulation with the Local Health Council, social movements, and universities, these practices became part of the community struggle in defense of life, health, and territory, confronting environmental injustices and strengthening social control. The present study aims to report the emancipatory practices developed as a strategy for health promotion and for addressing socio-environmental inequalities arising from the CAC project. **Methodology:** This is a descriptive study in the form of an experience report. The time frame covers the period from 2015 to 2025 and includes intersectoral actions coordinated by the FHS in partnership with community leaders, social movements, universities, and public management. Information was systematized from minutes of the Local Health Council, community activity records, institutional documents, and the social memory of participants. The material was analyzed in the light of the social determination of health, the ecology of knowledges, and the emancipatory promotion of health. **Results:** The experience demonstrated that emancipatory health promotion is built in a collective and processual way through four main axes. Consolidation of the Local Health Council as a legitimate space of community governance, bringing together users, health workers, managers, and educational institutions, thereby strengthening popular protagonism and overcoming weaknesses common to other councils. Intersectoral integration and community strengthening: partnerships with schools, associations, and cultural groups made possible expanded care practices such as knowledge fairs, integrative health workshops, and permaculture events, reinforcing territorial identity and autonomy. Confronting environmental injustices: community resistance to the CAC project constituted a political action in defense of life, with the FHS supporting popular mobilization and incorporating the defense of water and land into the health agenda, in line with the concept of environmental justice. Emancipatory care practices: the strengthening of bonds between the health team and the community, the appreciation of traditional knowledge, and the creation of initiatives such as the medicinal garden and community discussion circles contributed to reducing inequities and promoting collective self-care. **Conclusions:** This case demonstrates that the Family Health Strategy, by articulating care, social participation, and territorial defense, can act as an emancipatory practice in the face of socio-environmental injustices. The Local Health Council has emerged as an innovative space of resistance and of the production of social and sanitary alternatives, reaffirming the role of the FHS in building a democratic and equitable Unified Health System (SUS) committed to social and environmental justice. In dialogue with Popular Education and the National Policy for the Integral Health of Populations of the Countryside, Forests, and Waters, this experience points to the need to incorporate territorial defense and the ecology of knowledges as strategic principles for confronting socio-environmental inequalities and for inspiring other rural territories facing environmental conflicts.

Keywords: Health Promotion; Family Health Strategy; Environmental Justice; Social Participation; Rural Population Health.